



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SR/PF/RJ

Decisão nº 141319766/2025-CPL/SELOG/SR/PF/RJ

Processo: 08455.010876/2025-94

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90.003/2025**

**OBJETO:** Aquisição de ração canina

**1. DOS FATOS**

1.1. Trata-se da análise de Recurso Administrativo 76538739 interposto tempestivamente pela empresa CIELLO'S NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA, CNPJ Nº 29.575.884/0001-94, doravante RECORRENTE, em face da aceitação da propostada empresa ALIFORTE ESTRATÉGICA, CNPJ Nº 33.076.632/0001-98, doravante RECORRIDA, no âmbito da Dispensa Eletrônica nº 90.003/2025.

1.2. A RECORRIDA, registrou a contrarrazão 141302394.

1.3. Impõe-se esclarecer que o recurso em licitação pública é peça de necessário controle administrativo, em que a licitante que teve seu direito ou pretensão, em tese, prejudicado, tem a oportunidade de desafiar a decisão que lhe é desfavorável, com vistas à reconsideração do poder público.

1.4. Certo é que trata-se de instituto importante e deve ser bem recepcionado pela Administração, desde que não seja protelatório. Se utilizados com responsabilidade e, sobretudo, com lealdade e fundamentos adequados, torna-se o pilar da defesa do interesse público.

**2. DAS RAZÕES DO RECURSO**

2.1. A RECORRENTE, em síntese, alega que o produto ofertado pela RECORRIDA não atende ao exigido no Termo de Referência no tocante ao teor máximo de cálcio, qual seja, 1,4% e que a mesma teria editado a ficha técnica apresentando produto com cálcio máximo de 1,4% para se enquadrar no exigido no Termo de Referência.

**3. DAS RAZÕES DA CONTRARRAZÃO**

3.1. A RECORRIDA, em síntese, defende que as porcentagens diferem em contratações diferentes apresentando exemplos de contratações de outros órgãos públicos como o pregão eletrônico nº 11/2024 do Município de Linhares/ES e a Ata de Registro de Preços nº 336/2025 do Município de Toledo/PR.

3.2. Defende, também, que não agiu de má-fé no tocante à ficha técnica, utilizando as informações do Edital com a finalidade de identificação.

**4. ANÁLISE DO MÉRITO**

4.1. Primeiramente, em relação à suposta edição da ficha técnica, não prospera a alegação pois tratou-se de prática comum dos licitantes quando fazem ficha de apresentação do produto em conjunto com a proposta e copiam o texto do Termo de Referência.

4.2. No presente caso, não foi identificada tentativa de burla uma vez que existe sítio eletrônico de acesso para verificação das especificações

técnicas: <https://www.quatreepet.com.br/supreme/qsarmg>

4.3. Já em relação à especificação técnica do produto ofertado há de se invocar o princípio de vinculação ao instrumento convocatório uma vez que o Termo de Referência impões os limites mínimos e máximos.

4.4. Assim, considerando que o produto ofertado pela RECORRIDA possui cálcio máximo acima do percentual listado no Termo de Referência, o mesmo não se enquadra ao exigido.

4.5. Por último, certo é de que as especificações do Termo de Referência foram elaboradas de acordo com a especificidade dos cães que operam no Canil da Polícia Federal/RJ, não podendo, desta forma, serem generalizados, não só pela atividade exercida, como pela ampla gama de raças existentes.

4.6. Faz-se mister esclarecer que a atuação do Pregoeiro e da equipe técnica se deram em estrita observância às diretrizes da Lei e do Tribunal de Contas da União.

4.7. Ressalta-se que todas as decisões foram tomadas de forma imparcial e com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e celeridade.

## 5. DECISÃO

5.1. É louvável que cada interessado(a) questione e faça valer seu direito de ser ouvido(a).

5.2. Os princípios da Administração Pública, expressos e implícitos, devem nortear toda e qualquer decisão do Agente Público.

5.3. O que acontece no certame licitatório, dispensa de licitação ou em todos processo administrativo, não é diferente. É coisa pública e, como tal, deve ter tais princípios como fundação e pilares.

5.4. Toda a avaliação e decisão de recurso administrativo visa devolver à Recorrida a resposta para concretizar o seu direito, que é de impetrar recurso.

5.5. Assim, vistas as razões o recurso é conhecido posto que tempestivo, para, no mérito, decidir:

a) julgar **PROCEDENTE** o recurso interposto pela RECORRENTE;

b) Retomar à fase de análise de propostas da Dispensa Eletrônica nº 90.003/2025 e desclassificar a proposta da RECORRIDA

5.6. Esta decisão encontra-se publicada no Portal da Polícia Federal através do seguinte link: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2025/rio-de-janeiro/dispensa-de-licitacao/dispensa-eletronica-ndeg-90-003-2025/fase-recursal>

Rio de Janeiro, 24 de julho de 2025.

**HUGO PICOLE BORGES**

Pregoeiro

Presidente da CPL/SELOG/SR/PF/RJ

(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **HUGO PICOLE BORGES, Pregoeiro(a)**, em 24/07/2025, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=141319766&crc=244D4746](#).

Código verificador: **141319766** e Código CRC: **244D4746**.

